

## PT não assina Constituição sem direitos

SÃO PAULO — O Partido dos Trabalhadores não assinará o texto da nova Constituição "se todos os direitos sociais e trabalhistas forem golpeados no segundo turno da votação", prometeu, ontem, o presidente nacional do PT, deputado Olívio Dutra (RS). Não é a primeira vez que se levanta a hipótese de os 16 parlamentares petistas não referendarem a nova Constituição. Há cerca de um mês a questão já fora levantada e depois desmentida, mas ontem, após um dia de reunião da executiva nacional, decidiu-se que o PT não assinará porque se "as conquistas dos trabalhadores forem retiradas, esta Constituição, que está longe de ser a ideal, ficará inaceitável", observou Dutra.

O PT está disposto a jogar duro para garantir, pelo menos, a manutenção do texto já aprovado. Hoje, em Brasília, a bancada do partido se reunirá com constituintes do PCB, PC do B, PDT, PSB e PSDB para articular a tática comum de defesa de suas próprias emendas supressivas, um total de 182 apresentadas pelo conjunto dos progressistas, das quais 64 são do próprio PT.

Além disso, os petistas pressionam as principais lideranças sindicais do país — CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) — a pedir uma audiência, para esta semana, com o deputado Ulysses Guimarães.

**Contra-ataque** — Desta forma o PT entende que os sindicalistas poderão estabelecer desde já o contra-ataque às articulações de empresários e multinacionais que já procuraram Ulysses Guimarães para defender seus pontos de vista. "Os sindicalistas vão a Brasília para dizer que não admitem retrocessos agora, no segundo turno", avisou Olívio Dutra.

Na estratégia elaborada ontem na sede nacional do partido, terá papel preponderante a mobilização dos movimentos populares, sindicais e comunitários para que eles também exerçam "uma pressão legítima", de fora para dentro da Constituinte, assegurando a manutenção, entre outros pontos, da jornada de seis horas de trabalho/dia, das 44 horas semanais, das licenças maternidade e paternidade, do direito de greve, do mandato de injunção.

"Este é um ano eleitoral — alerta Dutra — e o movimento sindical vai novamente para as ruas com cartazes, painéis e panfletos denunciando os que votarem, no segundo turno, pela supressão dos direitos sociais e trabalhistas".



Na chegada de Sarney e dona Marly, o general Leônidas saúda Ulysses com efusão

## Sarney volta da China e convoca reunião para encaminhar emendas

BRASÍLIA — A primeira preocupação manifestada pelo presidente José Sarney ao desembarcar ontem, às 12h25, na Base Aérea de Brasília, procedente da China, foi com as emendas supressivas que o governo vai apresentar, através de seus líderes no Congresso, durante o segundo turno de votação da Constituinte. Emendas supressivas, ou seja, aquelas que excluem palavras ou trechos do projeto de Constituição, são as únicas permitidas a partir de agora na Constituinte.

Sarney recebeu do chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, um conjunto de sugestões e marcou para a manhã de hoje uma reunião com os líderes do governo no Congresso e alguns ministros, para definir as emendas que pretende apresentar e a estratégia de ação para votá-las na Constituinte. Hoje é o último dia para entrega dessas emendas.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, afirmou que as propostas totalizam 42 emendas. Costa Couto preferiu dizer que eram mais de 40, mas o consultor geral da República, Saulo Ramos, informou que elas chegarão quase a 300. Somente ele redigiu 51. O ministro do Exército informou que está empenhado na supressão da jornada de 6 horas de trabalho porque "não se harmoniza com os interesses do país".

**Juros** — Segundo Costa Couto, o levantamento preparado pelo governo, do qual participaram dez ministérios coordenados pelo Gabinete Civil e pelo consultor geral da República, aborda "praticamente toda a temática", desde erros e omissões do texto até questões mais substantivas como o tabelamento dos juros em 12%. Do punho de Saulo Ramos saiu a emenda que corrige a exigência da correção monetária sobre os passivos de instituições financeiras em liquidação.

O atual texto estabelece que a correção monetária deve beneficiar as dívidas para com o Banco Central e a Caixa Econômica Federal, o que é restritivo na opinião do consultor. "Aquilo ali é uma vergonha, tenho a impressão de que foi patrocinado", atacou Saulo Ramos, argumentando que a correção monetária tem que proteger principalmente a poupança popular, pois já está prevista pela atual legislação tanto para o Banco Central como para a Caixa Econômica Federal.

Outra emenda citada pelo consultor diz respeito ao artigo 5º do capítulo sobre direitos individuais, que assegura os direitos dos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Esta garantia, afirmou Saulo Ramos, deve ser estendida ao turista estrangeiro e ao brasileiro que mora no exterior e está de passagem pelo país.

**Flagrante** — Saulo e Costa Couto se referiram ainda ao artigo que estabelece que ninguém será preso a não ser em flagrante ou por ordem de autoridade judiciária competente. No entender do consultor, a palavra judiciária terá que ser suprimida porque impede, por exemplo, que um almirante puna um subalterno em alto mar, que o ministro da Fazenda determine prisão administrativa de sonegadores fiscais e que o ministro da Justiça ordene a prisão de um estrangeiro com pedido de extradição.

Saulo Ramos informou que o presidente Sarney, antes de viajar para a China, tinha conhecimento das propostas de emendas supressivas referentes ao texto permanente da futura Constituição. Na sua ausência, foram preparadas as relativas às disposições transitórias, das quais ele foi informado por telefone pelo ministro Costa Couto.

## Constituinte perde memória

### Ninguém sabe para onde vai acervo de fitas e documentos

Mais de 100 fitas de vídeo, cinco mil recortes de jornal e quase mil documentos microfilmados, reunidos pelo Centro Pró-Memória da Constituinte, poderão ficar arquivados e esquecidos em alguma biblioteca, depois de um ano e meio de trabalho. Até agora não foi definido para onde irá o material e, devido aos muitos problemas financeiros, não há nem mesmo a garantia de que o Centro, criado para divulgar os trabalhos da Constituinte e montar um acervo para consulta, funcione até a promulgação da nova Carta.

O presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, e responsável pelo projeto, Oswaldo Melo, diz que é cedo para falar sobre o destino do material, porque o assunto ainda está "em estudo". A diretora do Museu da República, Lilian Lima Barretto, afirma que, como combinado, o acervo ficará à disposição do público no Museu, e garante que haverá infraestrutura para isso. Mas o fato é que existem problemas que precisam de solução urgente, ainda não apresentada.

O primeiro deles é conseguir recursos para encerrar o programa, já que um dos patrocinadores, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), teve sua verba reduzida pelo Ministério do Planejamento, talvez não possa cumprir o contrato, que prevê o pagamento de 6900 OTNs e termina em outubro.

Mesmo que esse problema seja resolvido, restará outro, ainda mais complicado: a organização do acervo. Será necessário comprar computadores, porque os utilizados no banco de dados foram emprestados pela Cobra e Prológica e deverão ser devolvidos até o fim da Constituinte, assim como o equipamento de conservação e projeção de microfilmes.

"Quem vai financiar tudo isso?", pergunta Elizabeth Sussekind, coordenadora do Centro. Ela teme que o material "acabe arquivado e guardado, não cumprindo o principal objetivo de tornar o processo de formação da nova Constituição acessível a todos os interessados".

**Acervo** — Elizabeth explicou que a finalidade do programa é esclarecer as dúvidas de professores, políticos, estudiosos, e do público em geral. Para isso, já foram recolhidas 600 publicações, que vão desde constituições estrangeiras até literatura de cordel; fitas de vídeo com o registro de manifestações populares, pronunciamentos e palestras, além de todas as emendas constitucionais, os boletins do Congresso, e 2220 artigos da Comissão de Estudos Constitucionais, doados pelo senador Afonso Arinos, que a presidiu.

Entre as 3 500 sugestões populares recebidas até o momento, algumas são curiosas. Há, por exemplo, um projeto de 25 páginas, de um advogado mineiro, que propõe toda a legislação da República Confederativa do Brasil, em cuja capital, a Ilha do Bananal, ficaria a sede do governo, chamada Hexágono. Uma carioca sugeriu a proibição de qualquer nordestino assumir (não poderia nem se candidatar) os cargos de presidente ou ministro, "mesmo em ditadura militar".

**Retrato** — O Centro Pró-Memória promoveu também enquetes, entrevistando entre 400 e mil pessoas de cada vez, para descobrir as emendas de maior interesse e mandar os resultados para os constituintes. Também escolas de samba, presídios e favelas receberam a visita do pessoal do programa, que levou o computador e passou o dia levantando dados de interesse da comunidade. Todas as visitas foram filmadas.

Esses trabalhos acabaram fornecendo um retrato da realidade brasileira neste fim de década, que inclui o pensamento de políticos e as necessidades do povo. "Não gostaríamos que a Constituinte de 87/88 fosse como a de 46, da qual só existem alguns documentos guardados, um filme e uma exposição de fotografias", disse Elizabeth Sussekind, preocupada com o destino do projeto que coordena.

Essa preocupação, no entanto, não atinge a diretora do Museu da República, que não sabia dos problemas financeiros do Centro. Mas ela tem certeza de que, depois de instalado no Museu, o acervo será mantido por empresas particulares. "Não é difícil conseguir o patrocínio de empresas", assegurou Lilian Barretto.

## Calendário de votação

### Segunda, 11

Último dia para apresentação de emendas supressivas ou de adequação de texto para votação no segundo turno da Constituinte.

### Quarta, 13

Esgota-se o prazo de 48 horas para publicação das emendas.

### Segunda, 18

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, tem até este dia para entregar seu parecer sobre as emendas entregues pelos parlamentares.

### Quarta, 20

Se o relator entregar seu parecer no último dia do prazo, neste dia termina o último prazo anterior ao segundo turno, o de entrega de pedidos de destaque, para os parlamentares que não desejam ver suas emendas votadas em bloco como outras.

### Quinta, 21

Mantidos todos os prazos, começa neste dia a votação final, a do segundo turno da Constituinte.

### Terça, 26

Se o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, acatar o pedido do relator Bernardo Cabral de extensão dos prazos, nesta terça, 26, e não na quinta, 21, é que começará o segundo turno. Bernardo Cabral quer que Ulysses abra um prazo intermediário para catalogação das emendas, após o dia 18, o que adiará também a data de entrega dos pedidos de destaque, e a votação final para promulgação da nova Constituição.

## Governo já se prepara para a perda de poder

Etevaldo Dias

O governo já se convenceu de que o atual projeto de Constituição em sua essência se manterá inalterado no segundo turno de votação. Por mais que consiga aprovar emendas supressivas, impor correções e corrigir omissões, a concepção descentralizadora do projeto continuará intocável. Nas semanas que antecederam a sua viagem à China, o presidente Sarney ouviu o conselho dos ministros da área econômica e dos assessores do próprio Palácio de que é melhor se preparar para a nova ordem que será estabelecida pela Constituição do que insistir em combatê-la. O governo federal será irremediavelmente enfraquecido, perderá recursos e poder.

A partir desta constatação, o governo começou a ver a nova Constituição como se fosse um programa de administração compulsório que deverá ser seguido por Sarney e seus sucessores. "É muito mais forte do que um plano de governo, porque abrange toda a vida do país e, no que toca a descentralização administrativa, tem o rigor de uma camisa-de-força: praticamente não deixa margem para flexibilidade, terá de ser cumprido de qualquer jeito", explica o ministro Costa Couto. Embora a nova Constituição tenha ainda que ser completada por uma centena de leis, a obediência aos seus conceitos obriga o governo a se preparar para enfrentar suas decisões desde já.

A transferência de recursos da União para estados e municípios, princípio predominante no projeto constitucional, obriga o governo a reduzir gastos. Não há outra saída. Neste sentido, os ministros João Baptista de Abreu e Mailson da Nóbrega preparam a toque de caixa um programa de cortes de despesas que obriga uma remodelação da administração pública. Esta foi uma boa vantagem que a Constituinte trouxe para administradores preocupados com o gigantismo do governo federal. A reforma agora será compulsória. O plano em gestação está baseado em três palavras: privatizar, enxugar e transferir.

O ministro João Baptista de Abreu já obteve do presidente Sarney o sinal verde para privatizar 35 novas empresas, além das duas dezenas que já estavam listadas. Entram nesta relação empresas do porte da Acesita e Usiminas, mas crescerá ainda mais. "Vamos trabalhar sem preconceitos e com coragem", insiste o ministro Costa Couto. Serviços públicos com distribuição de energia elétrica, talvez telecomunicações e até



Costa Couto: sem preconceitos



Abreu: privatizando Mailson: enxugando

manutenção de presídios, tudo poderá ser passado para as mãos de particulares.

No enxugamento da máquina estatal, embora seja importante, segundo um exame realista dos ministros da área econômica, não se esperam resultados espetaculares. A idéia é extinguir, fundir, reduzir órgãos públicos, mas como isto implica demissões dificilmente poderá ser concretizado por completo pelo menos no governo Sarney. Por trás do mais anônimo cargo, no mais remoto dos órgãos, há sempre um poderoso padrinho político que pode ser o próprio presidente, um de seus ministros ou um parlamentar fiel ao governo. Tenta-se timidamente estimular a redução de pessoal facilitando demissões com boas indenizações, aposentadorias prematuras e transferências de funcionários de órgãos condenados para outros carentes de pessoal.

A terceira parte do projeto prevê a transferência para estados e municípios de atividades que estão nas mãos do governo federal. Só deverá ficar com a área federal o que requer ação a nível nacional. Atualmente, por exemplo, uma empresa como a Eletrobrás constrói hidrelétricas e acaba, direta ou indiretamente, responsável pela administração de postes de luz. Estas transferências nos primeiros anos resultarão numa boa dose de complicações para estados e municípios e na queda na qualidade dos serviços. Mas com o tempo municípios aprenderão a trabalhar em conjunto e estados vão se associar em obras de interesse comum.